

Não basta que o intelecto veja os males e seu remédio. Não teremos existência digna deste nome, nem nos identificaremos com o nosso meio, enquanto tivermos por estímulo o pensamento e não o espírito. (1)

Atrás de uma simples pergunta, pode haver uma insuspeitada complexidade no trato com o tema em questão. Naturalmente, uma possível resposta “objetiva” passaria pela obviedade da indicação de melhorias estruturais, políticas de acesso às camadas desfavorecidas, mudanças curriculares, de abordagem metodológica, incremento de recursos para fins didático-pedagógicos ou construção de mais unidades de ensino.

No entanto, objetivamente, só é possível contar com orçamentos escassos e mal direcionados, o que inviabiliza estas sugestões. A crítica aos procedimentos responsáveis por levar, inevitavelmente, ao êxodo escolar e a depreciação do estatuto docente ocorre pela tentativa forçada de explicar o caso através de um modelo administrativo - uma constante nos discursos tecnocráticos -, mera rota de fuga ao enfrentamento da realidade educacional.

Além das objetivações é preciso lembrar que a condição da natureza humana é participar tanto do mundo sensível quanto do inteligível e, desta forma, sujeita a ser afetada por paixões, desejos e inclinações particulares, ao mesmo tempo em que é dotada de uma “autonomia” da vontade e capaz de conhecimento analítico. Retire-se esta condição e desconstrói-se o ser, eis o que ocorre hoje.

Logo, qualquer possibilidade de melhoria supõe uma ampla renovação no âmbito da partilha das responsabilidades, de forma a determinar quais ações, pedagogias e parcerias podem obter resultados práticos. Em suma: o resgate da condição humana e cidadania, que *a priori* somente é possível de ser formatada através do acesso à educação, exige novas propostas.

O diagnóstico, embora claro é, de certa forma datado. Após décadas de descaso oficial, falta de investimentos de base e políticas sérias para o setor, vive-se *um non sense* temático: a confusão dos procedimentos administrativos e estatísticos, não oferece uma proposta consistente para a educação. Onde a condição de possibilidade do empreendimento sério na formulação de bases no âmbito das necessidades dos educandos e do próprio país, que patina em todas as avaliações internacionais? Estas reflexões colocam em pauta, um caminho multidisciplinar apoiado em ações complementares do estado, entidades privadas e de organizações do terceiro setor *em parceria*.

Esta é a forma de recuperar a totalidade da definição e amplitude do processo educativo como um organismo vivo, em constante transformação e atuante no seu compromisso com boas práticas sociais e a liberdade do sujeito. Importa verificar a forma, pela qual o educador deve ser “lido”, ou antes, percebido como um elemento transformador, porque é aqui que está manifesto o saber livre e ativo.

A tese, então, deve superar o autor e propor uma autonomia própria: formar educadores é superar a contingência dada pela natureza das coisas, seja pelo caráter (formado pela instituição), quanto pela imersão nesta mesma totalidade, irreduzível à fragmentação analítica do conhecimento para fins exclusivistas, que valorizam apenas o conhecimento prático das coisas: enfatizar que essa idéia só pode ser realizada num estágio da sociedade em que o desenvolvimento das capacidades intelectuais e espirituais caminhe junto com a existência – é claro - de recursos e bens materiais para a satisfação das necessidades humanas.

Não fosse somente isso, fica cada vez mais difícil pleitear recursos e investimentos: devido à notória má gestão do País como um todo e escândalos e contra-sensos de toda ordem, até a mídia posiciona-se contra isso. É preciso também lidar com a crítica negativa sobre estes instrumentos, que acusam os educadores de esbanjarem recursos ou serem estupificados pelas apostilas e não sabendo nem ligar laptops. O que por si só é somar injúria ao dano do raciocínio simplista das reportagens em linguagem telegráfica, já que o problema reside em políticas e sistemáticas e não sobre a base.

Culpa também de alguns modelos pedagógicos saturados que necessitam ser redirecionados para formas de aprendizado que contemplem maior profundidade de reflexiva e de conteúdo técnico-científico e não meramente socialização e “cultura”. Se for para seguir este discurso, talvez seja melhor lembrar que melhores cidadãos são os que estão aptos intelectual e pragmaticamente a gerar novas infra-estruturas, ou seja: que as transformações sociais é que geram ideologias e não o contrário. Faz tempo que precisamos abandonar paradigmas, mas sem aderir a antíteses.

Devemos ter a impertinência de propor caminhos que passem – necessariamente – pela restauração da dignidade do educador e da construção de alternativas de mercado. Por isso é importante, além da construção de espaços físicos, a construção do profissional e de uma ética que subsuma estas especialidades, hoje em decadência.

De outra maneira existe apenas a manutenção do que ora enfrentamos: a especialização constante do mundo objetivo faz desaparecer o educador e impõe o “multiplicador”, o operador funcional indistinguível e insosso, leitor de apostilas e praticante de dinâmicas em grupo. O educador perde sua identidade e as forças de mercado buscam torná-lo um instrumento estático da conjunção política geral.

Mais uma vez, dissemos isto: torna-se funcionário quem deveria ser formador e assim continua-se impedindo o resgate de práticas que unifiquem o cidadão, construam saberes e que desta forma, preso às circunstâncias externas e ao recurso do assistencialismo, encontra-se não liberto, mas, vitimável. Uma vez perpetrado o homicídio ontológico e tenhamos o educador na forma positiva de sua desapareição, a mentalidade corporativa terá destruído uma fonte de custos e de problemas.

¹ Emerson , *Caráter*, pág.16, *Ensaistas Americanos Clássicos*, vol. XXXIII, W.M.Jackson 1950

² Levi-Strauss, *La Pensée Sauvage*, 1962:155 in *História do Estruturalismo*, François Dosse,1993